

# A CULTURA, O PATRIMÔNIO E UMA POSSÍVEL GENTRIFICAÇÃO DO BAIRRO FLORESTA, EM PORTO ALEGRE - RS

## CULTURE, HERITAGE AND A POSSIBLE GENTRIFICATION OF THE FOREST NEIGHBORHOOD, IN PORTO ALEGRE - RS

Vanessa Marx\*

Gabrielle Oliveira Araujo\*\*

Luiz Henrique Apollo da Silva\*\*\*

Vitória Gonzatti de Souza\*\*\*\*

### Introdução

A região do 4º Distrito, localizada em Porto Alegre-RS, se constitui como uma área antiga da cidade, localizada próxima ao centro e à região portuária da orla, e que guarda heranças da sua antiga ocupação industrial, responsável por lhe atribuir a denominação de 4º Distrito, fruto de uma antiga divisão distrital (TITTON, 2012). Atualmente, o território encontra-se à frente da estratégia de internacio-

nalização da cidade, que transcorre a partir de projetos para a transformação dessa área. Em meio a essa estratégia, destaca-se neste trabalho a tendência de reapropriação e refuncionalização do patrimônio cultural presente nesse território. Os ganhos econômicos, como valorização imobiliária e geração de empregos, tendem a ser um argumento frequentemente incorporado no discurso em busca de legitimidade para a recuperação do patrimônio cultural, especialmente quando se trata de

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail:vanessa.marx@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3595-2883>.

\*\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: gabie.araujo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0560-3498>.

\*\*\* Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: luizhapollo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5202-0765>.

\*\*\*\*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: vitoriagonzatti@live.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7733-2079>.



projetos urbanos de grande escala (MOREIRA, 2017), como é o caso do 4º Distrito.

No presente trabalho, busca-se abordar patrimônio, cultura e gentrificação, verificando como a cultura e seus agentes desempenham um papel fundamental no caso de uma possível gentrificação do bairro Floresta. Partimos da fundamentação teórica de que a cultura não é um elemento neutro na planificação urbana. Em outras palavras, a cultura pode ser percebida como elemento estratégico (re)apropriado por diferentes grupos nas suas intervenções visando transformações urbanas. Dentro dessa perspectiva, encontramos, por um lado, a valorização de áreas com potencial turístico que economicamente transforma a cidade em mercadoria voltada ao lazer e ao consumo. Por outro lado, na disputa dessa construção simbólica e subjetiva, os contra-usos desse espaço também encontram na cultura uma nova forma que pode ser reinventada para construir experiências sensíveis e democráticas de cidade.

Por último, o artigo busca articular a discussão teórica com dados empíricos. Para demonstrar com a cultura e principalmente o patrimônio estão presentes nesse território, foram utilizadas informações disponíveis no inventário da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), da Secretaria Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) sobre o bairro Floresta, e ainda informações do Grupo de Trabalho (GT) Executivo do 4º Distrito, compiladas pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB) da PMPA, além de registros fotográficos capturados em trabalho de campo do Grupo de Pesquisa em Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC), em 2019.

## 1. A cultura como elemento estruturador para pensar a cidade

A cidade está presente em nossas vidas, é constante em nosso olhar, em nosso cotidiano, e também pode ser imaginada (SARLO, 2014) ou ser utópica (LEFEBVRE, 2001). Detectar quais são as problemáticas das cidades modernas, atualmente, pode ser um processo que acontece dentro dessa imaginação e utopia. Porto Alegre é uma cidade brasileira e latino-americana, onde a exclusão e a desigualdade social se refletem no espaço urbano. Apesar de ser uma das metrópoles com as melhores condições de bem-estar urbano por obter mais de 50% da população em condições adequadas (57,3% em nível alto e muito alto, conforme o IBEU – índice elaborado pelo Observatório das Metrópoles, 2015), a capital gaúcha apresenta um território bastante segregado com concentração de renda na porção norte-leste e nas proximidades do Rio Guaíba na Zona Sul, evidenciados por equipamentos urbanos como shopping centers e condomínios fechados; enquanto em sua periferia, sobretudo na extremidade sul, há falta de estruturas urbanas, e é onde se localizam as camadas mais populares.

A cidade é planejada algumas vezes enfrentando não apenas a dicotomia entre mercado e direitos, como ainda a questão da financeirização versus o direito à cidade. Todo o tempo estamos neste caminho duplo: que cidade queremos? Como podemos imaginar a cidade? Como podemos propor alternativas a um projeto excludente?

A entrada da cidade de Porto Alegre está inserida na área do 4º Distrito, que é considerada como uma região degradada, onde havia indústrias que saíram dessa região. Com a aceleração do sistema capitalista, as capitais

tornaram-se especializadas no setor de serviços e as indústrias passaram a se localizar na periferia das grandes cidades. Com isso, vem ocorrendo um movimento pendular entre o centro e a periferia, onde as indústrias, às vezes contaminantes, permanecem na periferia, ou seja, uma periferia do capitalismo em uma sociedade de risco (BECK, 2006). Esse fenômeno ocorre no 4º Distrito, onde podemos ver o crescimento de comércio e serviços, principalmente no bairro Floresta, seja por haver renovação de moradores, seja por haver, em curso, a formação de redes de empreendimentos criativos. A cultura, através de seus agentes, vem sendo um meio de requalificar o bairro, e com potencialidade de, em alguns casos, gentrificá-lo.

Como demonstra os estudos de Arantes (2002), na atualidade a cultura não pode ser vista como “instrumento neutro de práticas mercadológicas”, na medida em que ela “é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio” (ARANTES, 2002, p. 48).

No campo urbanístico, em meados do século XX, a gestão cultural torna-se preponderante nos planos urbanos de caráter empresarial, resultando na

[...] substituição das componentes técnicas e ‘racionais’, ou funcionais, pelos de natureza simbólica ou expressiva das cidades, enfatizadas nas políticas de *image making* das mesmas e seu marketing [...]. Um marketing antes de tudo cultural, expresso na imagem de marca que a torne “competitiva”. Estou falando portanto de uma convergência inédita – e um encontro glamoroso, ainda por cima – entre o “cultural” e o “econômico”. (ARANTES, 2014, p. 102)

Essa convergência entre o cultural e o econômico no planejamento urbano, pode-

ria associar-se ao processo da globalização, e com a participação das cidades em redes globais visando a competitividade econômica.

O que temos, então, é a cultura sendo utilizada de forma estratégica, tanto por governantes, como por investidores, com o objetivo de explorar as cidades como “uma nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro: o negócio das imagens” (ARANTES, 2002, p. 16). A emergência desse culturalismo de mercado que rege a cidade-emprego torna-se generalizada, de tal modo que

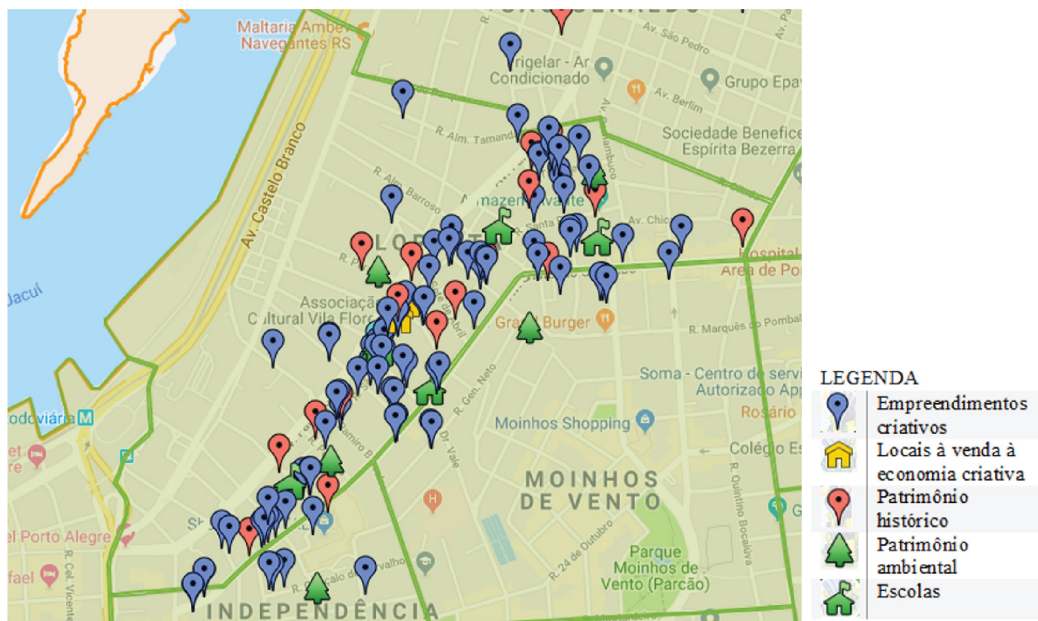
[...] a cultura [...] ao tornar-se imagem, quer dizer, representação e sua respectiva interpretação [...] acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades “imaginadas”) que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos”. (ARANTES, 2002, p. 16)

Em um movimento paralelo, a cultura e a arte transbordam: “mesmo nas cidades em crise ou mais ainda nas cidades em crise, sobre o espaço público” (SARLO, 2014, p. 163), podendo ser evidenciado através da arte a perda de direitos de cidadania e o declínio no espaço público. Por isso consideramos importante problematizar o papel da cultura na cidade. A cultura pode evidenciar os problemas da cidade e criar redes de agentes que pensem o território de forma criativa, que se apresenta de maneiras distintas de apropriação: construção de diferenciação para uma valorização de mercado, ou como reinvenção em experiências que se conectam a propor lugares mais sensíveis e socializadores. Isso vem ocorrendo no

bairro Floresta com a emergência da economia criativa que, de modos distintos, seus agentes vêm dando visibilidade a es-

te bairro da cidade pela concentração de seus empreendimentos, conforme podemos ver na área do mapa abaixo.

Figura 1: Mapa dos empreendimentos criativos, pontos em azul



Fonte: Observapoa, 2018.

Além desta estrutura mais formal e organizada, podemos dizer que existe um outro tipo de movimento cultural que também se manifesta no bairro Floresta. Em Porto Alegre ocorre um movimento de ocupações urbanas de caráter político-cultural, o qual surgiu com força em meados do ano de 2014, e que compõem o ativismo urbano que luta pela democratização da cidade (MARX; ARAUJO, 2016). Tais ocupações são organizadas por coletivos culturais autônomos com o objetivo de transformar edifícios e casas abandonadas em áreas centrais da cidade, em espaços de compartilhamento coletivos de atividades culturais (MARX; ARAUJO, 2016) como exemplo podemos citar a “Violeta - Casa

de Cultura Popular”, localizada no bairro Floresta que serve como local de eventos culturais.

## 2. A importância do patrimônio como memória do território

As intervenções realizadas sobre patrimônios culturais não devem ser julgadas como excludentes, pois apresentam pontos favoráveis, como a possibilidade da própria preservação das edificações históricas feita com recursos dos setores público e/ou privado, que são atraídos principalmente pelo uso turístico (PAES-LUCHIARI, 2005). Contudo, há uma problemática a ser explorada, que gira em torno da manutenção de edifi-

cações e paisagens, cuja imagem remete ao seu passado, mas que portam usos “contemporâneos” apropriados por um público que é socialmente/economicamente privilegiado. A questão é, portanto, a valorização econômica sendo privilegiada sobre o valor cultural original, isto é, a memória que aquele lugar representa (de uma população, um período, uma cultura), que é justamente o que o torna um patrimônio (LUCHIARI, 2005).

Inicialmente, para conceituar o patrimônio edificado, buscou-se examinar a legislação municipal de Porto Alegre, especificamente o plano diretor e leis relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, averiguando como é amparada a sua conservação e abertura a possibilidades de reforma, demolição e reutilização. De acordo com o Plano Diretor de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2010), o Patrimônio Cultural é constituído pelo:

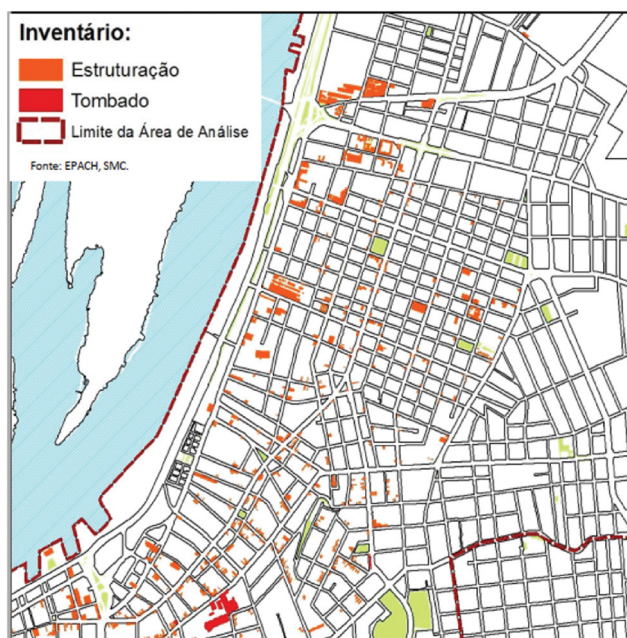
[...] conjunto de bens imóveis de valor significativo – edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e áreas remanescentes de quilombos e comunidades indígenas –, paisagens, bens arqueológicos – históricos e pré-históricos –, bem como manifestações culturais – tradições, práticas e referências, denominados bens intangíveis, que conferem identidade a esses espaços [...]. (Art. 14, PORTO ALEGRE, 2010)

As edificações podem ser tombadas ou inventariadas, sendo que estas últimas podem ser classificadas como de estruturação ou de compatibilização. As edificações tombadas não podem ser demolidas e são bastante restritas quanto a modificações, sendo que obras de conservação ou res-

tauração só podem ser realizadas mediante consulta ao Conselho Municipal competente, e autorização da Secretaria Municipal da Cultura – SMC (PORTO ALEGRE, 1992). As edificações inventariadas de estruturação são aquelas que atribuem identidade ao espaço, e as de compatibilização promovem a relação da edificação de estruturação com o seu entorno (através da volumetria, composição e outros elementos) (PORTO ALEGRE, 2010). Assim, as edificações de estruturação, embora não possam ser totalmente demolidas, podem ser parcialmente demolidas, passar por reformas ou ganhar novos usos, desde que passem por estudo prévio e aprovação junto ao órgão competente, e que preserve os elementos históricos e culturais que o levaram a integrar o Inventário de Patrimônio Cultural (PORTO ALEGRE, 2008). Por sua vez, as edificações de compatibilização podem ser demolidas ou modificadas, mas para isto é necessário um Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) e a intervenção deve se ater às restrições de preservação das edificações de estruturação, mantendo-se a função de compatibilização destas com o entorno e com a paisagem urbana (PORTO ALEGRE, 2008).

Como pode ser observado nas imagens abaixo, em um estudo de diagnóstico da região do 4º Distrito, a Secretaria Municipal de Urbanismo de Porto Alegre (SMURB) identificou uma quantidade expressiva de Patrimônio Histórico na região (Figura 2), dentro da qual destaca-se o bairro Floresta (Figura 3), região que concentra 1042 bens tombados e inventariados, dos quais 11 são tombados, 471 de estruturação e 560 de compatibilização (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, 2013).

Figura 2. Patrimônio Histórico inventariado no 4º Distrito – Porto Alegre



Fonte: SMURB, 2015 (adaptado).

Figura 3. Patrimônio Histórico inventariado no bairro Floresta – Porto Alegre



Fonte: SMURB, 2015 (adaptado).

Durante pesquisa de campo, foram realizadas caminhadas pelo bairro Floresta, a partir do segundo semestre de 2019. Nesses momentos, foi possível observar as diversas nuances de preservação e de uso desse patrimônio construído que integra o território. Assim, verifica-se a existência de edificações antigas – principalmente galpões, casas térreas, sobrados e fábricas –, com aspecto deteriorado, bem como de outras que

apresentam algum grau de manutenção na fachada e, ainda, aquelas que exibem ótimo estado de conservação e geralmente abrigam alguma atividade comercial ou residencial. Desta forma, enquanto a atividade industrial que ali existia migrou, o espaço construído permaneceu, de maneira que o bairro abriga atualmente múltiplas atividades que se utilizam destes e de outros espaços que o compõem.

Figura 4. Patrimônio cultural bairro Floresta – imóveis de estruturação



Fonte: Acervo GPSUIC – Luiz Henrique Apollo da Silva (2019)

Figura 5. Imóvel não inventariado



Fonte: Fonte: Acervo GPSUIC – José Junior Abalos (2019)

Seria importante ressaltar que o 4º Distrito foi uma região que concentrou moradia e postos de trabalho para imigrantes da Alemanha, da Itália, do leste europeu e migração do interior do estado,

possuindo, inclusive, espaços públicos que serviram para a organização de suas lutas políticas, protestos e greves no início do século XX (TITTON, 2012). Assim, entre antigas moradias operárias, chaminés, fábricas,



casarões, arquitetura *art-deco*, igrejas etc., o patrimônio do território guarda uma história própria, que necessitaria ser parte do processo de revitalização do bairro.

Além de sua preservação, com vistas a conservar o patrimônio para manter sua história e sua materialidade para as próximas gerações, o valor estético do patrimônio histórico é importante para as cidades. O patrimônio histórico edificado contribui positivamente para a satisfação das pessoas com relação à paisagem urbana (RODRIGUES; LAY, 2011). Ainda, prédios históricos tendem a ser referenciais no processo mental de formação da imagem urbana (AZEVEDO et al., 1999). Contudo, no caso do 4º Distrito e, incluso, do bairro Floresta, muitas de suas edificações históricas encontram-se em processos de deterioração. Diante disso, ainda que exista uma restauração, recuperando o patrimônio, reinserindo-o na paisagem da cidade, quando o seu uso é direcionado ao consumo cultural de grupos sociais economicamente privilegiados, acentua-se a fragmentação social (LUCHIARI, 2005). Nesse sentido, chama atenção o protagonismo de iniciativas culturais (REGAL, 2015) no bairro Floresta, aliado à concentração de edificações classificadas como patrimônio histórico.

Assim, os locais e moradias que ainda estão em um processo de abandono pela classe média, são recuperados para novos usos. São edificações que levam a importância do patrimônio material da cidade, que se volta a um novo objetivo: a economia criativa amparada por interesses de transformação urbana para um local atraído ao consumo e ao lazer restritivo, trazendo benefícios econômicos em um valor de troca desse território que é difundido com uma nova fachada, podendo gerar um processo de gentrificação do bairro.

### 3. A possível gentrificação do bairro Floresta

O termo “gentrificação” foi desenvolvido pela socióloga Ruth Glass em 1964, quando estudou as experiências de moradores londrinos de camadas populares de antigos bairros operários, expulsos devido ao aumento do preço dos aluguéis, para dar lugar a elegantes residências. A nova *gentry* urbana, isto é, as famílias de classe média recém-chegadas, modificam o espaço em suas características econômicas e desenvolvem maneiras distintas de *habitus* social. Essa ação ocorre sob uma visão política estratégica para renovações de espaços que encobrem o sentido original de invasão e reconquista de áreas estratégicas para a cidade, em um determinado período, pelas camadas mais abastadas. Conforme a funcionalidade, seja por embelezamento ao turismo, seja por expansão para áreas mais afastadas, ou ainda para revalorizar espaços abandonados pelo poder público ou industrial, propositalmente, os interessados atuam como uma forma de justificar a sua requalificação e atração de novos ocupantes, potencializando o acúmulo de capital, devido ao diferencial de renda gerado (ALCÂNTARA, 2018).

A gentrificação constitui-se, portanto, em um processo que cria fronteiras urbanas econômica, social e cultural, transformando um território tanto pelas mudanças de comportamento de consumo e de estilo de vida, quanto de atividades econômicas e mudanças estruturais de produção de mais-valia no mercado imobiliário (SMITH, 1986 apud HAMNET, 1997). Essa ação estratégica se espalhou para o mundo, e onde originalmente se analisava o processo de substituição das classes populares para as superiores em um determinado espaço da cidade (BIDOU-ZACHARIENSEN, 2006), no decor-

rer dos últimos anos, concentrou-se numa estratégia global articulada, principalmente dos atores privados, na reprodução das dinâmicas capitalistas (MENDES, 2011) de revalorização urbana e imobiliária das áreas centrais das grandes cidades.

Neste mesmo sentido, a autora Sharon Zukin (1989) tratou de analisar a apropriação de um espaço legitimado pelo *upgrading* cultural, quando observada a conversão de armazéns e imóveis industriais abandonados do bairro denominado Soho, em Nova York, em galerias, boutiques, restaurantes sofisticados, cafés chiques e *lofts* residenciais de artistas e intelectuais, o que resultou na preservação de características arquitetônicas e numa mudança de atmosfera ligada aos novos usos e estilos de vida dessa classe de vanguarda. Posteriormente, essa fama atraiu a atenção do grande mercado imobiliário, que passou a readaptar os imóveis para os interesses de novos moradores de alta renda, que já não eram os artistas (ZUKIN, 1989). Se a cidade industrial era concebida por parâmetros de produção anteriormente, o contexto pós-industrial idealiza o consumo e o lazer. As narrativas urbanas e as políticas estratégicas vão incorporando meios como o aspecto cultural para o capitalismo simbólico, que, segundo Harvey (1992, p. 343), “cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade humana de trabalho e lazer, transformando espaços [...]”. Neste sentido, essa mudança cultural valoriza esse novo espaço para o mercado, com um novo valor econômico.

A forma urbana na interpretação da produção social do espaço é compreendida em técnicas que estão inseridas em escolhas ideológicas (LEFEBVRE, 2000), revelando ordens socioespaciais de poder. Neste

sentido, o Estado como agente “não inter-vém, através das políticas de gentrificação para assegurar a equidade dos usos do espaço, mas para realçar privilégios” (GASPAR, 2010, p 3). Por isso, essa visão estética que renova o espaço poderia gerar segregação e expulsão de sujeitos da cidade das classes mais baixas: sujeitos da cidade das classes mais baixas – pobres, desempregados, moradores de rua, trabalhadoras do sexo, usu-ários de drogas –, e pessoas que residem em ocupações irregulares.

No sentido de valorização de uma parte da cidade, são elaborados planejamentos estratégicos que incentivam a criação de parcerias empresariais, geram valor de troca de um espaço para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico. Além disso, elevam o grau de competitividade da cidade em nível global, e dão origem aos processos de gentrificação sob as políticas de *image-making* e *business-oriented*, relacionando à cultura ao capitalismo mais elaborado e segregador (ARANTES, 2000). Nesse sentido, a gentrificação não seria totalizante, mas sim uma ferramenta para compreender o desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço, e da atual agressividade do poder global neoliberal de negociações de agentes internacionais como as grandes incorporadoras com interesses econômicos locais.

Esse conceito provindo do Norte Global, apresenta resultados distintos em especificidades locais, por isso quando analisado em um território é necessário fornecer elementos adicionais que merecem adaptação no Sul Global. Heitor Frúgoli Jr. e Jéssica Sklair (2009) ilustram como determinadas estratégias para a transformação do tecido social, geradas pela gentrificação são percebidas a partir de ações e interferência de inúmeros agentes.

A América Latina, em sua diversidade, apresenta processos distintos. Um deles é a recuperação de áreas centrais, nos anos 1990, para o consumo cultural, de lazer e turístico, tendo como exemplos os diversos sítios históricos urbanos, sobretudo do Brasil colonial, como em Salvador, Paraty e em Recife, recuperados e preservados como marca de patrimônio histórico da Unesco e/ou IPHAN. Outro, mais recente, é o fenômeno que corresponde ao retorno das classes populares a estes locais, ora pelo “abandono estatal das políticas de investimento cultural nestas áreas” (FRÚGOLI JUNIOR; SKLAIR, 2009, p. 11), ora pelos contra-usos (LEITE, 2002) que contribuem para uma diversificação dos atuais sentidos dos lugares. Evidentemente, cada local tem suas especificidades, e a renovação de uma região poderia estar relacionada com o poder público que adota estratégias de investimentos em âncoras culturais para trazer novos fluxos de determinados tipos de frequentadores, os desejados, higienizando a área para a atração de empreendimentos privados, como o caso do Projeto Nova Luz em São Paulo (FRÚGOLI JUNIOR; SKLAIR, 2009). Em outros locais, onde ocorre uma continuidade da ocupação histórica do bairro por camadas médias e altas da sociedade, existe uma maior visibilidade para possibilidades de investimentos que vão gerando um enobrecimento do espaço e a ex-

pulsão de moradores em situação de vulnerabilidade social.

O caso do bairro Floresta em Porto Alegre, vincula-se a um projeto estratégico de reestruturação urbana onde diversos atores sociais estão envolvidos. A relação global-local e modelo do empreendedorismo urbano para revitalizar uma área se impõe sobre o território através do planos público-privados. O objetivo na atração de investimentos econômicos sob a égide da inovação, incubadoras e empreendedorismo, poderia ser a principal fórmula de cooptação do mercado nesse paradigma onde o patrimônio histórico e cultural do espaço se transforma em um meio de atração de investimentos.

O bairro Floresta é constituído por diferentes atores sociais e interesses. Suas particularidades de preservar alguns patrimônios materiais, maior proximidade ao centro e ter uma infraestrutura urbana com diversidade de serviços, ainda que menores valores de aluguéis, levam à resignificação de uma parte da sua área por trabalhadores da economia criativa. São trabalhadores de área de tecnologia (P&D, biotecnologia, TIC), consumo (publicidade, arquitetura, design e moda), mídia (editorial e audiovisual) e cultura (expressões culturais, patrimônio histórico, música e artes cênicas). Poderíamos destacar a preservação de patrimônio histórico por alguns empreendedores criativos, como o caso do Brechó do Armazém Avante e a Associação Cultural Vila Flores, ilustradas abaixo:

Figura 6. Patrimônio cultural no bairro Floresta – Imóvel de compatibilização – Brechó do Armazém Avante

---



---

Fonte: Acervo GPSUIC- Vitoria Gonzatti de Souza (2019).

Figura 7. Patrimônio cultural no bairro Floresta – Imóvel de estruturação – Associação Cultural Vila Flores

---



---

Fonte: Acervo GPSUIC – Luiz Henrique Apollo da Silva (2019)

O impacto social e cultural de embelezamento e preservação desses espaços, pelos recém-chegados também tendem a modificar os serviços dessa área, pois trazem demandas específicas, conforme aponta Florida (2000) em sua análise sobre o que chamou de “classe criativa”. Esse fluxo criativo

em rede traz seus próprios interesses, ideias e público específico para explorar o território, semelhante ao ocorrido no Soho, e assim dão forma e visibilidade a um projeto estruturante público-privado, que transforma uma área com maior dimensão, complexidade e diversidade em um espaço cuja es-

tética prevalece sobre o direito à cidade, ou seja, levando esse discurso de preservação na cooptação ao mercado.

O *upgrading* cultural relacionado a esses novos empreendedores criativos, se ligam aos novos interessados para valorização de mercado da área sob a égide neoliberal de internacionalização da cidade. O espaço tende a preservar o seu patrimônio histórico de estruturação para demonstrar uma fachada do 4º Distrito, a fim de atrair investimentos nas suas proximidades, potencializando o acúmulo de capital devido ao diferencial de renda gerado com essa revalorização estratégica da área desindustrializada, conforme descrito por Smith (1986, apud HAMNET, 1997). Essa estratégia faz o recorte da área do Floresta, em especial entre as avenidas centrais denominadas Cristóvão Colombo e Farrapos, que é onde se encontram a classe média e o maior número de patrimônio histórico preservado. O aproveitamento de uma estrutura urbana consolidada atrai novos investidores para os outros bairros do 4º Distrito, onde moradores são algumas vezes negligenciados pelos agentes que desenvolvem esses novos projetos urbanos, tendo a gentrificação como resultado estratégico.

### Considerações finais

O presente artigo buscou refletir sobre a cultura como elemento estruturador para pensar a cidade, a importância do patrimônio como memória do território e a possível gentrificação do bairro Floresta. Nesse sentido, vemos a interferência do capital financeiro e imobiliário para valorização estratégica do bairro, transformando-o em um espaço com possível gentrificação aliada a uma nova estratégia de internacionalização da cidade centrada na captação de investimentos.

Poderíamos dizer que a cultura tem um significado complexo e não seria um elemento neutro, já que seus agentes poderiam colaborar com as dinâmicas impostas pelo mercado contribuindo para valorização do território, ou poderiam contribuir através de um ativismo cultural-urbano para a democratização do bairro. Essas duas formas de interpretação da cultura vêm se expressando no bairro Floresta.

Por outro lado, os prédios históricos poderiam ter uma maior centralidade, ou seja, ser restaurados, preservados e ocupados para que a memória da região continue viva contribuindo para que a área não seja considerada degradada. Assim, poderíamos gerar um movimento que contribuísse para uma estética positiva, com vitalidade nas ruas e apropriação do espaço público.

A ameaça de uma possível gentrificação desse bairro se torna cada vez mais evidente, pois existem planos pensados para área como uma articulação de agentes locais e internacionais estabelecendo uma estratégia global-local. São projetos que são pensados para a atração de investimentos e que ainda não apresentam resultado, apesar de visibilizar os trabalhadores da economia criativa, mostrar o patrimônio histórico preservado e a ampla estrutura urbana de uma antiga área industrial. Esta estratégia estaria aliada ao discurso do empreendedorismo com o marketing estratégico de uma estética urbana, priorizando a inserção de determinadas pessoas em detrimento do direito dos moradores locais.

Pensamos que seria importante que os agentes que vivem no bairro possam ser escutados, e que possam se beneficiar do uso do patrimônio e da construção coletiva de espaços públicos. A cultura, através dos agentes culturais, pode ser fundamental no processo pela democratização e pelo direito

à cidade. Pensar em uma diversidade local e permitir o desenvolvimento de uma cultura própria daquele espaço, com suas singularidades, poderia ser um elemento constitutivo de um movimento para criar alternativas, podendo gerar políticas e transformação cultural que incluam a diversidade dos agentes do bairro e de suas capacidades, em detrimento da mercantilização do território.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, M. F. Gentrificação e hipsterização: um estudo sobre a Vila Buarque (São Paulo, Brasil). *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, João Pessoa, v. 2, n. 6, p. 31-48, nov. 2018.
- ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Coleção Zero à Esquerda.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 11-74.
- ARANTES, Otilia. Entrevista com Otilia Arantes: mediações entre Teoria Crítica, Arquitetura e cidades. *Paralaxe*. V. 2, n 1, 2014.
- AZEVEDO, L. N. et al. Morfologia, uso e referenciais urbanos no centro de Porto Alegre: ênfase a prédios históricos. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 8, 1999, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Anpur, 1999.
- BECK, U. *La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidade*. Barcelona: Paidós, 2006.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- COLOSSO, P. Entrevista com Otilia Arantes: mediações entre Teoria Crítica, Arquitetura e cidades. *Paralaxe*, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/paralaxe/article/view/31121>. Acesso em:
- FLORIDA, R. *The rise of the creative class: and how it’s transforming work, leisure, community and everyday life*. New York: Basic Books, 2000.
- FRÚGOLI JUNIOR., H.; SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrificação. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 30, Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n30/n30a07.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- GASPAR, S. S. Gentrification: processo global, especificidades locais? *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 1, n. 6, 2010.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAMNET, Chris. Les Aveugles et l’Elephant: l’explication de la gentrification. *Strates*, n. 9, 1996–97.
- LEFEBVRE, H. *La production de l’espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- GASPAR, S. S. Gentrification: processo global, especificidades locais? *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 1, n. 6, 2010.
- LEY, D. *Liberal ideology and pest industrial city*. New Orleans: Annals of the Association of American Geographer, 1980.
- LUCHIARI, M. T. D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 17, p. 95-105, 2005.
- MARX, V; ARAUJO, G. Democratização do espaço público, ativismo urbano e ocupações na cidade de Porto Alegre. *In: MARX, V; COSTA, M. A. (Orgs.). Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições ao Habitat III. – Porto Alegre*: Ed. UFRGS/CEGOV, 2016, p. 199-231.
- MENDES, L. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cader-*

- nos *Metrópole*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.
- MOREIRA, D. L. A retórica do ganho e a conservação urbana no Brasil. *In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO - ICOMOS BRASIL*, 2017. *Anais...* Belo Horizonte: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2018.
- OBSERVA POA. Observatório da cidade de Porto Alegre. Economia Criativa no 4º Distrito. Disponível em <http://www.observapoa.com.br/>. Acesso em 12 dez 2018.
- PAES-LUCHIARI, M. T. D. Patrimônio cultural – uso público e privatização. Do espaço urbano. *In: ENCONTRO NACIONAL da ASSOCIAÇÃO NACIONAL de PÓS-GRADUAÇÃO e PESQUISA em PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, XI, Salvador. *Anais...* Salvador: ENANPUR, 2005.
- PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº 275*, de 06 de abril de 1992. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências. Porto Alegre, 06 abr. 1992. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu\\_doc/lei\\_complementar.doc](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/lei_complementar.doc). Acesso em: 18 mar. 2019.
- PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº 601*, de 23 de outubro de 2008. Dispõe sobre o inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município. Porto Alegre, 23 out. 2008. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030092.DOCN.&l=20&tu=%02Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&tp=1&tr=1&tf=G&td=atos&tSECT1=TEXT>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº 434*, de 1º de dezembro de 1999, atualizada e compilada até a *Lei Complementar nº 667*, de 3 de janeiro de 2011, incluindo a *Lei Complementar 646*, de 22 de julho de 2010. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: PDDUA. Porto Alegre, RS, 22 jul. 2010. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/planodiretor-texto.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretor-texto.pdf). Acesso em: 18 mar. 2019.
- REGAL, P. H. Cultura traz vida nova a Porto Alegre. *In: KARSSENBERG, H.; LAVEN J. A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EdiPUC, 2015, p. 265-268.
- RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. (Orgs.). *Ibeu: índice de bem-estar urbano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RODRIGUES, M. S.; LAY, M. C. D. Legislação urbanística e qualidade visual da paisagem urbana. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 14, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur, 2011.
- SARLO, B. *A cidade vista: mercadorias e cultura urbana*. São Paulo: WMF, Martins, Fontes, 2014.
- SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. *Bens tombados e inventariados em Porto Alegre*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, out. 2013.
- SMURB - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. *Revitalização urbana e reconversão econômica do 4º Distrito - 1ª parte: apresentação do diagnóstico*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, GT Executivo do 4º Distrito. Porto Alegre, 18 dez. 2015.
- SMITH, N. *Gentrification of the city*. London: Allen and Unwin, 1986.
- TITTON, C. P. *Reestruturação produtiva e regeneração urbana: o caso do IV Distrito em Porto Alegre*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.
- ZUKIN, S. *Loft living: cultural and capital in urban change*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.



## RESUMO

O presente artigo busca verificar como a cultura e seus agentes têm um papel fundamental em uma possível gentrificação do bairro Floresta, no 4º Distrito, da cidade de Porto Alegre. Esse processo vem sendo promovido por iniciativas individuais e coletivas, tal como a criação de um distrito criativo, a atuação em rede de seus promotores e a formação de associações culturais. Por outro lado, existe um patrimônio material e imaterial no bairro e na região que oscila entre a preservação e a destruição pelos agentes públicos e privados. Nos últimos quatro anos, o 4º Distrito vem sendo pensado como área privilegiada para uma possível revitalização, em uma articulação entre as instituições públicas e os agentes privados atravessada por uma nova ideia de internacionalização da cidade de Porto Alegre. Essa estratégia global-local impulsiona uma possível gentrificação na zona que poderia gerar um desenvolvimento desigual expulsando os moradores antigos e atraindo novos residentes para o território. Dentro dessa perspectiva, o trabalho busca aprofundar conceitos e discutir o que seria a cultura, patrimônio e gentrificação nesse contexto específico e relacioná-los com os dados empíricos sobre cultura e patrimônio gerados, a partir de pesquisa realizada ao longo de 2018, sobre o bairro Floresta.

## PALAVRAS-CHAVE

Gentrificação. Cultura. Patrimônio. 4º Distrito. Bairro Floresta.

## ABSTRACT

This article seeks to verify how culture and its agents play a fundamental role in a possible gentrification of the Floresta neighborhood, in the 4th District, on the city of Porto Alegre. This process has been promoted by individual and collective initiatives, such as, for example, the creation of a creative district, the networking of its promoters and the formation of cultural associations. On the other hand, there is a material and immaterial heritage in the neighborhood and in the region that oscillates between preservation and destruction by public and private agents. In the last four years, the 4th District has been considered as a privileged area for a possible revitalization, in an articulation between public institutions and private agents crossed by a new idea of internationalization in the city of Porto Alegre. This global-local strategy drives possible gentrification in the area that could generate uneven development by expelling old residents and attracting new residents to the territory. Within this perspective, the assignment seeks to deepen concepts and discuss what culture, heritage and gentrification would be in this specific context and relate them to the empirical data on culture and heritage generated based on the research carried out throughout 2018 about the Floresta neighborhood.

## KEY-WORDS

Gentrification. Culture. Heritage. 4th District. Floresta neighborhood.

Recebido em: 10/08/2020

Aprovado em: 16/05/2021

